

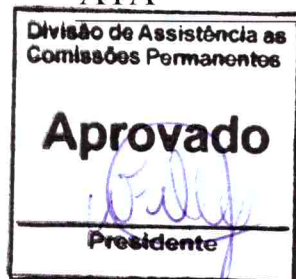


ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Casa de Eptácio Pessoa
Comissão Permanente de Acompanhamento e
Controle da Execução Orçamentária

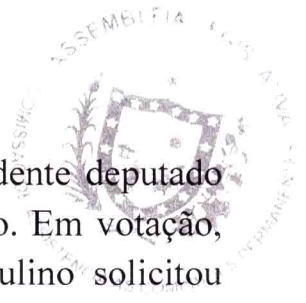


ATA



ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2019.

Às oito horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e dezenove, no Miniplenário Deputado Judivan Cabral, realizou-se Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência. Havendo quórum regimental, o Presidente deputado Wilson Filho declarou aberta a presente Reunião com as presenças dos deputados Tião Gomes, Lindolfo Pires, Taciano Diniz e Raniery Paulino. Ato contínuo, o Presidente convidou o deputado Lindolfo Pires para secretariar os trabalhos, o qual promoveu a leitura do Edital de Convocação, publicado no Diário do Poder Legislativo nº 7.789 no dia 27/08/2019. Em seguida, o secretário promoveu a leitura da Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de agosto de 2019. Não houve quem quisesse discutir a ata, em votação, aprovada por unanimidade. Em seguida, iniciou-se a Ordem do Dia. Discussão e votação do Projeto de Lei nº 758/2019, (Mensagem nº 25) do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de créditos suplementares, mediante remanejamento e/ou anulação, parcial ou totalmente, de dotações orçamentárias, e dá outras providências”. Em reunião anterior, o relator substituto, deputado Lindolfo Pires apresentou parecer pela admissibilidade e adequação. Em discussão, o deputado Lindolfo Pires disse tratar-se de remanejamento de novecentos milhões de reais para as atribuições que citou. Ressaltou que seria remanejamento dentro do próprio orçamento, modificando apenas as rubricas. Com a palavra, o deputado Raniery Paulino apresentou requerimento de informação acerca do projeto e, em seguida,

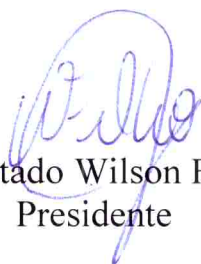


promoveu a leitura do pedido na íntegra. Ato contínuo, o Presidente deputado Wilson Filho submeteu o requerimento do parlamentar à votação. Em votação, rejeitado o requerimento por maioria. O deputado Raniery Paulino solicitou vista da matéria. O Presidente esclareceu que é possível segundo pedido de vista. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 834/2019, do Governador do Estado, que “autoriza o governo do estado a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, mediante prestação de garantia pela União e dá outras providências”. O relator deputado Ricardo Barbosa disse que as respostas às postulações do deputado Raniery Paulino foram encaminhadas pelo Governador João Azevedo e promoveu a leitura das mesmas. O Presidente da comissão recebeu as respostas do Governador e iniciou o processo de votação do parecer ao projeto de lei. O deputado Raniery Paulino elogiou a pedagogia da comissão por aceitar o pedido de informações e agradeceu as respostas do Governador. Em seguida, o parlamentar declarou voto pela adequação orçamentária. Encerrada as discussões, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.747/2018, do deputado Jeová Campos, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal que inicia no entrocamento da BR-405, no sítio Varzinha, município de São João do Rio do Peixe, passando pelos sítios Varzinha, Mundo Novo, Cachoeira da Moça, Cruzando a rodovia estadual PB-391 em seguida passando pelos sítios Água Branca, Engenho Velho, Açudinho, terminando no distrito de Bandarra, no município de São João do Rio do Peixe, e dá outras providências”. O relator deputado Wilson Filho disse que a região precisa da rodovia e declarou parecer pela adequação e admissibilidade orçamentária. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o deputado Adriano Galdino apelou para que o deputado Raniery Paulino considerasse o seu pedido de vista para votação da matéria. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 58/2019, do deputado Ricardo Barbosa, que “dispõe sobre a emissão de contracheques em Braille para os cegos que são servidores públicos do Estado”. O relator deputado Taciano Diniz proferiu parecer pela compatibilidade e adequação orçamentária. Não houve quem quisesse discutir, em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 91/2019, do deputado Ricardo Barbosa, que “dispõe sobre a instalação de sistema de monitoramento de segurança nos terminais rodoviários e nos ônibus do transporte coletivo intermunicipal de passageiros do Estado e dá outras providências”. O relator substituto, deputado Tião Gomes, proferiu



parecer pela admissibilidade e compatibilidade orçamentária. Não houve quem quisesse discutir, em votação, aprovado o parecer por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 175/2019, da deputada Camila Toscano, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de relatórios de execução orçamentária pelo Poder Executivo Estadual e adota providências correlatas”. O relator substituto deputado Raniery Paulino proferiu parecer pela adequação orçamentária. Em votação, o parecer do relator foi rejeitado, com votos contrários dos deputados Ricardo Barbosa, Tião Gomes, Lindolfo Pires, Taciano Diniz e Wilson Filho. Aprovado o voto divergente do deputado Ricardo Barbosa. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 230/2019, do deputado Delegado Wallber Virgolino, que “torna obrigatória a implantação gradativa de sistemas de segurança para o controle de entrada e saída dos estudantes nas dependências das Escolas da Rede Pública do Estado da Paraíba”. O relator substituto, deputado Taciano Diniz, proferiu parecer pela adequação. Em discussão, o deputado Ricardo Barbosa explicou que um projeto de sua autoria e com conteúdo idêntico foi aprovado pela Casa e vetado pelo governador, veto mantido. Diante disto, declarou-se contrário. Com a palavra, o deputado Raniery Paulino pediu vista. Pedido acatado pelo Presidente. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 252/2019, do deputado Eduardo Carneiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de cassação de alvará de funcionamento de estabelecimento comercial que utiliza mão de obra infantil no âmbito do Estado da Paraíba”. O parecer do relator deputado Ricardo Barbosa foi pela adequação orçamentária. Em votação, aprovado parecer por unanimidade. Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 272/2019, do deputado Edmilson Soares, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de equiparar com desfibriladores cardíacos semi-automáticos externos, as unidades do Corpo de Bombeiros no âmbito do Estado da Paraíba”. O relator deputado Taciano Diniz proferiu parecer pela adequação. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, aprovado o parecer por unanimidade. Retomando a discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 758/2019. O deputado Raniery Paulino declarou voto pela inadmissibilidade, pois entendeu que faltam informações mínimas sobre o remanejamento orçamentário. Em votação. Aprovado o parecer do relator por maioria, com voto contrário do deputado Raniery Paulino. Nada mais havendo a deliberar, o Presidente declarou encerrada a presente Reunião. Lavrando a presente Ata, a redatora Evelin Elena Duarte Limeira, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente deputado João Gonçalves, conforme o disposto

no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 27 de agosto de 2019.



Deputado Wilson Filho
Presidente

